

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 27:

As ciências do léxico e as línguas indígenas brasileiras

**Coordenadoras:** Cristina Martins Fargetti (UNESP-Araraquara) e Denise Silva (FAIND/UFGD)

### A criação lexical em cartas de opinião do "Jornal do Tocantins"

Autores: Alexandre Antônio Timbane<sup>1</sup>, Maria José Alves<sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup>UFG/RC - Universidade Federal de Goiás/Regional Catalão

**Resumo:** A pesquisa visa compreender a formação de unidades neológicas presentes nos jornais, e especificamente, visa descrever as criações léxico-semânticas em cartas de opinião publicadas pelo Jornal do Tocantins; caracterizar e classificar os tipos de neologismos presentes nessas cartas, bem como explicar a sua formação e integração no português. O jornal apresenta uma crescente ocorrência de neologismos, fato que nos fez levantar a seguinte questão: quais seriam as características neológicas presentes nos jornais de Tocantins e o seu impacto na variação linguística? Da questão se pode avançar para a ideia de que a criação é motivada pela limitação na comunicação apontando lacunas lexicais presentes na língua; os neologismos são identificados, no jornal, por meio de estrangeirismos e outras criações dentro do português e; a neologia lexical empobrece a língua e provoca ambiguidades uma vez que muitos não chegam a ser dicionarizados. Estudos de Alves (1984), Sablayrolles e Jacquet-Pfau (2008), Sablayrolles (2006), Correia e Barcellos Almeida (2012) e outros que se interessam pela neologia subdividem-na em três grupos: neologia formal, semântica, ou por empréstimo. Para a pesquisa analisou-se 24 cartas sendo 12 de homens e 12 de mulheres, todas extraídas do Jornal "O Tocantins", no primeiro semestre de 2016 e utilizou-se o Dicionário Houaiss-2009 como corpus de exclusão. Foram identificadas 44 ocorrências de manifestações neológicas, sendo 15 de neologismos formais, 24 por empréstimos e 5 semânticos. Conclui-se que a formação neológica é frequente na nossa língua e precisamos acolher sem preconceito. O léxico marca a identidade sociocultural de uma comunidade linguística e identifica a língua ou a variedade em uso. As características neológicas presentes no JTo seguem um padrão de linguagem presente no que podemos nominar de nacional, pois recebe as mesmas influências transformadoras do modo de viver da humanidade do século XXI.

**Palavras-chave:** criação lexical, cartas de opinião, Jornal do Tocantins

### A Fonologia da língua (jê) Krahô

Autores: Francisco Edviges Albuquerque <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UFT - Universidade Federal do Tocantins

**Resumo:** Nossa pesquisa objetiva analisar os aspectos fonéticos e fonológicos da língua Krahô, pertencente ao Tronco Macro-Jê e a família linguística Jê, falada aproximadamente por 3.265 indígenas, distribuídos em 29 aldeias, localizadas no Estado do Tocantins. Nossos dados confirmam que o alfabeto Krahô possui 29 letras, sendo 16 vogais: a ã à e & #7869; ê i & #297; o ô õ u & #361; y & #7929; & #7923; e 13 consoantes: c g h j k m n p q r t w x. Rodrigues (1993), observou que para as línguas indígenas brasileiras, descrições linguísticas completas e detalhadas são muito raras, devido a falta de interesse das culturas e línguas indígenas, contrastando claramente com a diversidade linguística e cultural encontrado no Brasil. Segundo o autor (1986) há 180 línguas indígenas faladas no Brasil, que diferem entre si e se distinguem das línguas europeias e das demais línguas do mundo, no conjunto de sons de que se servem (fonética) e nas regras pelas quais combinam esses sons fonologicamente, além das regras morfológicas, sintáticas e semânticas. Fundamentando-se nas bases teórico-metodológicas da fonologia moderna, a pesquisa considera que os fatos não linguísticos possam também contribuir para uma descrição mais sólida da língua Krahô, postulando os autores, que discutem as teorias da fonética e da fonologia das línguas indígenas, a fim de analisar os aspectos fonéticos e fonológicos da língua Krahô em situação de uso, nas interações intragrupo, como forma de contribuir para uma educação que reflita os anseios e necessidades de suas comunidades, em contexto linguístico, como instrumento de autodeterminação. Nossos dados revelam os resultados da pesquisa, pautada em fatos que se aproximam ao máximo das interações no dia-a-dia desse povo, buscando preencher lacunas existentes na área dos estudos linguísticos com povos indígenas, voltando-se para análise dos aspectos fonético-fonológico da língua Krahô.

**Palavras-chave:** Língua Krahô, fonética e fonologia, educação escolar indígena

## A Língua Apiaká: contribuição de listas lexicais históricas e pesquisas recentes para sua descrição gramatical

Autores: Suseile Andrade Sousa <sup>1,1,1,1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UnB - Universidade de Brasília

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo apresentar o conjunto das listas de palavras. O presente trabalho tem como objetivo apresentar o conjunto dos materiais publicados até o momento, com ênfase nas listas de palavras sobre a língua indígena Apiaká, com a finalidade de demonstrar tanto a contribuição histórica de viajantes, naturalistas e religiosos, e de pesquisadores indígenas e não indígenas, para o conhecimento da língua Apiaká, em diferentes períodos da história de contato com o povo Apiaká (GUIMARÃES, 1844; COUDREAU, 1896; CAMPOS, 1936; entre outros); quanto de apresentar uma primeira descrição dos elementos gramaticais passíveis de serem analisados a partir desses materiais. Esta descrição beneficia-se também de dados de pesquisas de campo e trabalhos realizados por Pádua (2006), Tempeste (2009) e por mim, em pesquisa junto ao povo Apiaká, desde 2014. A língua indígena Apiaká é uma língua do subramo VI da família linguística Tupí-Guaraní, do tronco Tupí (cf. RODRIGUES, 1984/85; RODRIGUES e CABRAL, 2002). Essa língua não é mais falada ativamente pelos Apiaká, encontrando-se em grau considerável de obsolescência, com apenas dois lembrantes, que moram em aldeias distintas - aldeia Mayrowi, no município de Colíder-MT, situada na margem esquerda do baixo rio Telles Pires (cf. MENÉNDEZ, 1981) e aldeia Kururuzinho, do povo Kayabí, no município de Jacareacanga-PA, no médio rio Telles Pires, na margem direita. A língua falada nas comunidades é predominantemente a língua portuguesa, além do Kayabí e Munduruku. Essa língua corre um grande risco de deixar de existir e a contribuição dessas listas de palavras e da descrição linguística dos elementos lexicais e gramaticais das mesmas é fundamental para a manutenção do conhecimento dos Apiaká quanto a sua herança linguística levando em conta o que a sua língua nativa representa para eles, o que possibilita e colabora assim com o fortalecimento identitário cultural e linguístico desse povo.

**Palavras-chave:** Língua Apiaká, listas lexicais históricas, descrição gramatical recentes

## Educação escolar indígena: um estudo sociolinguístico do Nheengatu na escola Puranga Pisasu do Rio Negro, Manaus – AM

Autores: Ademar dos Santos Lima <sup>1,2</sup>, Silvana Andrade Martins <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UEA - Universidade do Estado do Amazonas, <sup>2</sup> FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

**Resumo:** O presente estudo tem como propósito refletir sobre a Educação Escolar Indígena proposta pela Secretaria Municipal de Educação de Manaus, tendo como referência uma escola indígena da comunidade (PISASU SARUSAWA/NOVA ESPERANÇA) de etnia Baré, localizada no Rio Cuieiras, Baixo Rio Negro, Zona Rural do Município de Manaus - Amazonas, tendo como objetivo descrever a situação sociolinguística na comunidade supracitada, mas especificamente o processo de ensino-aprendizagem da Língua Nheengatu (língua boa) no ambiente escolar e averiguar o grau de manutenção e/ou ameaça de deslocamento sociolinguístico. O trabalho foi desenvolvido por meio de abordagem qualitativa e pesquisa de campo e as técnicas empregadas foram questionário semiestruturado, entrevista e observação participante. Foram pesquisados 128 informantes sobre competências e habilidades na fala do Nheengatu. O estudo constatou que destes, apenas 6, na faixa-etária acima dos 40 anos falam fluentemente a língua, 24, na faixa-etária entre 20 a 39 anos apenas entendem e sabem falar algumas palavras, os demais, 98, na faixa-etária de 8 a 19 anos não falam e nem entendem a língua geral. O estudo, verificou também que houve uma descontinuidade na transmissão do Nheengatu entre este grupo de falantes, que passaram a falar mais o português. Atualmente, a língua geral passa pelo processo de revitalização na comunidade do povo Baré.

**Palavras-chave:** sociolinguística, línguas indígenas, bilinguismo, revitalização, deslocamento sociolinguístico

## Etnoterminologia Avá-Canoeiro do Tocantins e temporalidade

Autores: Ariel Pheula do Couto e Silva <sup>1</sup>  
Instituição: <sup>1</sup> UnB - Universidade de Brasília

**Resumo:** Partindo da linguística antropológica, tratamos neste trabalho da terminologia etnozoológica e etnobotânica Avá-Canoeiro do Tocantins, que são utilizadas por este povo como marcadores de temporalidade. A língua Avá-Canoeiro, com suas duas variedades diatópicas – o Avá-Canoeiro do Tocantins e o Avá-Canoeiro do Araguaia – pertence ao subramo IV da família Tupí-Guaraní, tronco Tupí (RODRIGUES, 1984/1985; RODRIGUES & CABRAL, 2002) e dois estudos gramaticais de relevo publicados (cf. BORGES, 2006; SILVA, 2015). Como as demais línguas Tupí-Guaraní, a língua Avá-Canoeiro, não possui a categoria gramatical de tempo (*tense*); em termos de conceitualização metafórica do tempo, não possui “Time as Such”, assim como o Kayabí (cf. SINHA & BERNÁRDEZ, 2015), sendo uma das suas marcações de temporalidade a relação entre eventos (SINHA et al., 2012), e a sua aspectualização, por meio do aspectos iterativo, completivo, projetivo, entre outros. Neste estudo, buscamos analisar parte da etnoterminologia Avá-Canoeiro do Tocantins que possui interface com a temporalidade, seguindo as considerações de Silva & Unterbaumen (2016) quanto a conceitualização de tempo para este povo. Os Avá-Canoeiro do Tocantins distingue dois longos períodos que se alternam, *agypykato* ‘seca’ e *amyna tyapo* ‘chuva’, sendo que a percepção da mudança de estado e eventos relacionados a elementos da flora e fauna são utilizados como marcadores culturais de temporalidade. Por exemplo, os Avá-Canoeiro do Tocantins distinguem quatro tipos de cigarras, cujo surgimento e permanência está relacionado ao início, meio ou fim do período de chuva; a queda de flores de pequi está relacionada ao fim da época de seca e diz da presença de pacas que vêm comê-las; o tamanho do pequi diz da intensidade relativa das chuvas, sendo o pequi prestes a cair do pé, um indicador também do tempo de plantio; entre outros.

**Palavras-chave:** Avá-Canoeiro do Tocantins, Família Tupí-Guaraní, linguística antropológica, etnoterminologia, temporalidade

## Experiências de produção de dicionários Tuyuka e Karajá a importância do diálogo e da contrapartida na colheita de dados primários e na análise linguística

Autores: Nathalie Pires Vlcek <sup>1</sup>, Cristiane Oliveira da Silva <sup>1</sup>  
Instituição: <sup>1</sup> UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Resumo:** Propomos, através do relato de nossas experiências como pesquisadoras junto aos povos Tuyuka e Karajá, consolidar uma nova noção de colheita (e não coleta) de dados primários, em que agentes indígenas são sujeitos ativos e protagonistas do processo de documentação. Mostraremos, através de exemplos de tomadas de decisão, como este engrandecimento conjunto se concretiza na produção de dicionários em línguas minoritárias. Nosso foco é em reunir nossos (des)aprendizados na produção de dicionários. O trabalho com o povo Tuyuka desenvolveu um Projeto de Documentação Linguística (HRELP, ELF, FEL, IPHAN) cuja produção de dicionários temáticos tornou-se um dos maiores pilares do projeto. O Tuyuka (TO) é uma língua falada por seu povo homônimo no alto Tiquié (noroeste amazônico). A produção de dicionários é um dos capítulos da história vitoriosa de luta Escola indígena diferenciada & Utapinozona-Tuyuka (2000) (ISA, FOIRN), que vem tomando medidas para valorização e revitalização. O trabalho com o povo Karajá, por sua vez, produziu um Dicionário Enciclopédico, desenvolvido no âmbito do Programa de Documentação de Línguas Indígenas Brasileiras (Museu do Índio/UNESCO). O Karajá é uma língua Macro-Jê falada por aproximadamente 3000 pessoas habitantes da região da Ilha do Bananal (TO). A elaboração de dicionários é um processo contínuo e coletivo. Durante esse processo, as equipes de elaboração podem se deparar com muitos desafios. No projeto Karajá, a dificuldade de distribuição alfabética de itens com rica morfologia prefixada à raiz levou ao desenvolvimento de uma Gramática Pedagógica que busca a reflexão aprofundada da estrutura da língua Karajá por seus professores e alunos. No caso dos dicionários temáticos Tuyuka, as dificuldades e os aprendizados se complementaram de tal forma que desde o processo de categorização do mundo até decisões morfológicas específicas de sua microestrutura, os debates e as produções junto ao povo formaram fundamentais pilares de análise da língua.

**Palavras-chave:** documentação, lexicografia, línguas indígenas, contrapartida, morfologia

## Fonologia segmental do Nambikwara do Sul

Autores: Luiz Antonio de Sousa Netto <sup>1</sup>, Paula Mendes Costa <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

**Resumo:** A língua Nambikwara possui, atualmente, menos de 100 falantes e faz parte da família Nambikwara, uma das 41 famílias linguísticas sobreviventes no Brasil (RODRIGUES, 1986). O povo Nambikwara, de língua homônima, habita a região ao longo da Chapada dos Parecis ou Planalto Parecis (KROEKER, 2001; PRICE, 1978), na Terra Indígena Nambikwara, no estado do Mato Grosso, e sua língua corresponde a uma das 13 que integram o ramo Nambikwara do Sul. A população total estimada é de 900 indivíduos. O presente trabalho objetiva apresentar uma descrição prévia da fonologia da língua Nambikwara e uma revisão da literatura disponível sobre esse componente linguístico na língua em questão. Para isso, serão utilizados dados coletados in loco e os trabalhos sobre a língua, produzidos por Kroeker, M. (2001, 1972), Kroeker, B. (2003), Price (1976) e Lowe (1999). Para a descrição, o estudo se apoia em autores como Hyman (1975), Lass (1984), Clements (1995), Spencer (1986), Kenstowicz (1994), Hayes (1995), entre outros. Quanto à tipologia, considera-se que a família Nambikwara apresenta fonologia e gramática complexas devido à sua predominante natureza polissintética. Na fonologia segmental da família, observam-se inventários consonantais mais reduzidos e inventários vocálicos extensos, que podem alcançar mais de quinze segmentos fonológicos, sendo isso devido, também, à especificação laringal (creaky voice) para todas as vogais. Sincronicamente, diferentes línguas da família têm demonstrado a perda de alguns dos traços laringais, sendo esse processo bastante perceptível entre gerações (Kroeker, 2001; Telles, 2002, 2013; Eberhard, 2009). Esse fenômeno, que aparentemente promove o distanciamento entre as línguas da família, pode favorecer a necessidade de um reajuste interno no sistema fonológico de cada língua. Assim, em termos de relevância, considera-se que o estudo e a documentação da língua Nambikwara são fundamentais para a educação escolar junto ao povo e para a salvaguarda do patrimônio linguístico indígena no País.

**Palavras-chave:** fonologia, línguas indígenas, Nambikwara

## Lexicografia Terena: sobre o trabalho com o léxico da avifauna

Autores: Denise Silva <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, <sup>2</sup> FCLAr/UNESP - Universidade Estadual Paulista

**Resumo:** Este trabalho é resultado de pesquisa em andamento “Emo’u tereno: proposta de um dicionário bilíngue terena-português” e tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre o estudo do léxico etno-ornitológico e sua contribuição para a proposta de dicionário para a língua terena. A língua terena pertence a família Aruak e é falada principalmente no estado de Mato Grosso do Sul. Os dados que compõem nosso corpus foram coletados em pesquisa de campo realizadas na aldeia Cachoeirinha, localizada no município de Miranda no estado de MS. Para a coleta de dados realizamos conversas informais, onde num primeiro momento mostramos imagens do guia de campo aos colaboradores e solicitamos o nome na língua indígena, fizemos ainda caminhadas pela mata para a observação de aves. Neste trabalho apresentaremos uma discussão sobre o léxico etno-ornitológico terena, a análise preliminar do processo de formação dos nomes e uma proposta de tratamento lexicográfico para os dados. Tendo em vista que as aves estão diretamente ligadas a cultura e presentes na cosmologia do povo, pensamos em elaborar verbetes enciclopédicos, que abordem a relação léxico e cultura. Embora a pesquisa encontra-se em andamento, a análise aponta que as aves estão presentes na cultura terena em vários aspectos como: mitologia, danças, xamanismo, presságios. Outro ponto interessante é que, assim como nos nomes populares, as denominações para as aves na língua terena estão ligadas a características morfológicas, hábitos comportamentais e vocalização e algumas espécies da mesma família possuem o mesmo nome na língua indígena.

**Palavras-chave:** Língua Terena, Lexicologia, Lexicografia bilíngue

## Modalidades deôntica e epistêmica em Paresi-Haliti

Autores: Ana Paula Barros Brandao <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UFPA - Universidade Federal do Pará

**Resumo:** O objetivo desta comunicação é descrever as modalidades deôntica e epistêmica em Paresi-Haliti. A língua Paresi-Haliti, pertencente à família linguística Aruák, está localizada no município de Tangará

da Serra no Mato Grosso e é falada por aproximadamente 3000 pessoas. Os dados usados foram coletados pela autora em pesquisas de campo através de elicitacões e textos. A perspectiva teórica do trabalho é a da linguística funcional-tipológica encontrada em Palmer (1986), Bybee et al. (1994) e De Han (1999, 2006). O termo modalidade está relacionado com o status da proposição que descreve um evento (Palmer, 1986:1), ou mais especificamente, com a expressão da necessidade e da possibilidade. Tradicionalmente, a modalidade é classificada nas categorias: epistêmica e deontica (PALMER, 1986; DE HAN, 2006; PORTNER, 2009). A modalidade deontica expressa obrigação ou permissão (PALMER, 1986) e a epistêmica expressa o grau em que o falante está comprometido com a verdade da proposição (BYBEE et al., 1994). A modalidade deontica em Paresi pode ser expressa de duas formas: i) pela partícula maika para impor uma obrigação ou sugestão ao ouvinte (segunda pessoa) ou a uma terceira pessoa; ii) pela partícula wahena para expressar permissão. Com relação à modalidade epistêmica, há duas partículas: kala indica necessidade epistêmica forte; e ala indica necessidade epistêmica fraca. Este sistema é diferente dos encontrados em Inglês e Português, nos quais não há marcas diferentes para as modalidades deontica e epistêmica. O sistema de modalidade em Paresi faz esta distinção, semelhante aos sistemas encontrados em outras línguas não-indoeuropeias como St'át'imcets (MATTHEWSON et al., 2005), Kakataibo (VALE, 2015) e Gitksan (MATTHEWSON, 2011). Esta apresentação contribuirá para a investigação da tipologia dos sistemas de modalidade e para a descrição desses sistemas em línguas indígenas.

**Palavras-chave:** modalidade deontica, modalidade epistêmica, paresi

## Nominalizador e relativizador em Oro Waram(Wari', Paca Nova, Txapakura): similaridades e diferenças

Autores: Selmo Azevedo Apontes <sup>1</sup>, Hwa Lee Seung <sup>2</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UFAC - Universidade Federal do Acre, <sup>2</sup> UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

**Resumo:** Este trabalho objetiva verificar os morfemas relacionais {ka} e {ko} em Oro Waram, que podem ser usados para construções nominalizadas e relativizadas. Segundo Comrie (1989), as línguas apresentam comportamentos diferenciados na forma de gramaticalizar a nominalização e a relativização. Há línguas que configuram de modo similar as duas funções e outras línguas que gramaticalizam de modo diferenciado (cf. GIVON, 1990, 2001; JANY, 2008, NORDLINGER & SADLER, 2003, NORDLINGER, 2001,). O Oro Waram requer dois marcadores distinguindo-se no traço: a) [+pessoa]: {ko}; e b) [-pessoa]: {ka}. Assim, ocorrem formas similares de marcar os morfemas relacionais, sejam eles na forma de complementizadores ou na forma de nominalizadores. No entanto, em Oro Waram há algum recurso específico para diferenciar as sentenças nominalizadas daquelas relativizadas? Os dados coletados em sentenças elicitadas e em dados mitológicos indicam que a diferença é que o marcador {ka} pode ser usado tanto para relativizar um argumento nominal quanto para nominalizar um sintagma verbal. Já o marcador {ko} é usado para relativizar um argumento. Assim, as orações relativas iniciam-se com dois marcadores: {ko} e {ka}, acompanhando o argumento relativizado. Já estruturas nominalizadas podem vir marcadas com {ka}, por causa de três fatores: 1) possuir os marcadores codificando o argumento interno da mesma forma que os pronomes possessivos (genitivos); 2) por indicar, dentro da estrutura nominalizada, a forma do infinitivo verbal, e; os próprios codificadores argumentais do verbo já identificam se a estrutura iniciada com {ka} funciona como um relativizador ou um nominalizador, indicando se o sintagma nominalizado fará parte do argumento do verbo, sendo codificado como o argumento externo de gênero neutro. Assim, nominalizador e relativizador possuem um mesmo marcador em Oro Waram, porém distinguem-se por apresentarem estruturas, por mais que sejam similares, com funções diferentes: a) como especificação de argumentos, e b) como nominalização de sintagmas verbais.

**Palavras-chave:** nominalização, relativização, oro waram, txapakura, língua indígena

## A incorporação nominal no Latundê (Família Nambikwára)

Autores: Stella Telles <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

**Resumo:** O Latundê é uma língua altamente ameaçada de extinção, contando atualmente com menos de 10 indivíduos que a usam cotidianamente. Do ponto de vista genético, a língua pertence à família Nambikwára, sendo esta formada por um conjunto de línguas faladas por grupos situados na região sul da Amazônia brasileira (RODRIGUES 1986). A família Nambikwára é subdividida em três ramos, e o Latundê pertence ao ramo do Norte. Do ponto de vista tipológico, o Latundê apresenta a ordem SOV, exibe marcação no núcleo e morfologia marcadamente complexa. As línguas da família Nambikwára apresentam graus distintos de complexidade morfológica e, possivelmente, de polissíntese. A língua com morfologia

menos rica é o Sabanê (Araujo 2004), a qual é a mais distante geneticamente, entre o conjunto das línguas da Família. Já o Lakondê, uma língua muito próxima ao Latundê, apresenta propriedades que a podem caracterizá-la como altamente polissintética (Telles & Wetzels no prelo). Considerando que complexidade morfológica não implica necessariamente uma tipologia polissintética (BAKER 1996; FORTESCUE 1994), e que o Latundê encontra-se em alto grau de obsolescência, este estudo tem como objetivo investigar o fenômeno da incorporação nominal nesta língua, considerando possíveis sinais de erosão morfológica. Os dados utilizados neste trabalho são provenientes de pesquisas prévias (TELLES 2002, 2004) e da coleta de dados in loco realizada em agosto de 2016. O estudo se apóia em Baker (1996, 2000), Evans (2002, 2008), Fortescue (1994, 2007), Hale (1983), Mithun (1984, 1986, 1991), dentre outros. Como resultado, observa-se que o fenômeno sob estudo no Latundê é produtivo e ocorre pela incorporação de classificadores nominais no interior da morfologia de verbos transitivos e intransitivos, dispensando a presença de sintagmas nominais realizados independentemente. Esse comportamento revela um dos aspectos que evidenciam a natureza polissintética.

**Palavras-chave:** línguas indígenas, incorporação nominal, latundê, família nambikwara

## O léxico na literatura moçambicana e sua relação com o ensino da cultura na escola fundamental e médio

Autores: Alexandre António Timbane <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UFG - Universidade Federal de Goiás

**Resumo:** O léxico sendo “o reflexo do universo das coisas, das modalidades do pensamento, do movimento do mundo e da sociedade” (BARBOSA, 1989, p.77) está intimamente ligado à cultura de um povo. Todos os povos têm oratura, mas poucos têm a cultura literária, pois a escrita é recente. A literatura moçambicana tem se destacado nos últimos anos com obras interessantes no estudo literário e linguístico. A obra “Estórias abensonhadas” de Mia Couto é uma obra que nos leva a refletir sobre a ligação entre léxico, cultura e ensino e assim levantamos os seguintes questões: quais são as características léxico-culturais das obras literárias escritas por moçambicanos e como os professores de português têm trabalhado com esta questão em sala de aula? Os moçambicanismos, como léxico identitário do português de Moçambique estão presentes nas obras literárias e refletem a realidade sociolinguística moçambicana em nível lexical, por exemplo. Outrossim, os professores enfrentam dificuldades em compreender o significado de algumas unidades lexicais nos textos literários porque não existe ainda um dicionário do português de Moçambique; e os neologismos em Mia Couto são uma característica peculiar nas suas obras. A pesquisa visa identificar aspetos léxico-culturais na obra de Couto. Utilizando dois dicionários como corpus de exclusão, nomeadamente Houaiss (2009) e Dicionário Integral da Língua Portuguesa (2008) identificou-se várias formações lexicais e sintáticas que particularizam a obra de Couto. Da pesquisa se conclui que há necessidade de se trabalhar de forma multidisciplinar para melhor alcançarmos efeitos desejados diante dos nossos alunos. O ensino deve valorizar a literatura independentemente da disciplina que estiver em causa. Os textos de Couto relatam aspetos da cultura moçambicana que podem ser ensinados aos alunos. Os neologismos presentes nos textos de Couto revelam como a língua é um sistema aberto e dinâmico, que permite a criação dentro dos parâmetros estabelecidos pelo sistema.

**Palavras-chave:** léxico, cultura, literatura, Moçambique

## O processo de alfabetização e letramento na educação escolar indígena apinayé

Autores: Victor Fernandes Borges <sup>2</sup>, Francisco Edviges Albuquerque <sup>1</sup>

Instituição

<sup>1</sup> UFT - Universidade Federal do Tocantins, <sup>2</sup> UFT - Universidade Federal do Tocantins

**Resumo:** Neste artigo apresentaremos discussões e reflexões dos estudos sobre a Educação Escolar Indígena Apinayé das escolas estaduais Tekator e Mãtyk das aldeias Mariazinha e São José, localizadas na região conhecida como Bico do Papagaio, município de Tocantinópolis-TO. Esta pesquisa tem por objetivo descrever o processo de alfabetização e letramento nas séries iniciais do ensino fundamental, procurando identificar os pontos positivos e negativos deste processo educacional nestas escolas indígenas. Assim, procura-se mostrar como acontece tal processo de alfabetização bilíngue, abordando as práticas pedagógicas e os materiais didáticos utilizados pelos professores indígenas Apinayé. Todavia, busca-se compreender os métodos utilizados no ambiente escolar para o ensino de língua materna. Os procedimentos metodológicos faz uma abordagem de cunho etnográfica e bibliográfica, baseando se em entrevistas, diário de campo, oficina com os professores, aplicação de questionário e gravação de vídeos. A produção deste texto tem como base os estudos de ALMEIDA( 2011), ALBUQUERQUE (2012) , DA MATTA

( 1976) SOARES( 2004), ZAPAROLLI (2016) dentre outros. Assim, a produção deste estudo propiciará contribuições significativas para a Educação Escolar Indígena Apinayé, uma vez que o processo de escrita, leitura e letramento envolvem capacidades cognitivas, sociais e linguísticas. No entanto, é extremamente importante para o povo Apinayé, que este processo de escolarização seja ofertado com qualidade e eficiência, se efetivando como educação bilíngue, intercultural e diferenciada

**Palavras-chave:** alfabetização, educação escolar indígena, indígena Apinayé, letramento

## Observações Sociolinguísticas: um olhar sobre o léxico da língua Nambikwara/Wakalitesu

Autores: Áurea Cavalcante Santana <sup>1</sup>, Alex Feitosa de Oliveira <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

**Resumo:** Neste estudo, apresentamos observações sobre aspectos sociolinguísticos de uma comunidade indígena Nambikwara e, também, apresentamos um levantamento preliminar do léxico da língua Nambikwara/Wakalitesu. A comunidade investigada é a aldeia Três Jacu, localizada na Terra Indígena Tirecatinga, no município de Sapezal, MT. Os grupos que compõem a etnia Nambikwara localizam-se no noroeste do estado de Mato Grosso e no sul de Rondônia. Segundo Costa (2010), os indígenas dessa etnia se expressam em diferentes línguas, as quais são agrupadas, de maneira geral, como: Sabanê, Nambikwara do Norte e Nambikwara do Sul. Para realizar as observações sociolinguísticas apontadas, consideramos as tipologias propostas por Edwards (1992), Grenoble e Whaley (1998, 2000), entre outros. Para a apresentação do levantamento lexical utilizamos como suporte teórico Borba (2004), Welker (2004) e Zgusta (1971). Inicialmente, apresentamos um histórico da comunidade, ressaltando o percurso histórico do contato do grupo com a sociedade envolvente, com outros grupos indígenas e a formação da aldeia Três Jacu. Em um segundo momento, destacamos os múltiplos contextos linguísticos e identitários vivenciados por aquela comunidade. Por fim, apresentamos dados lexicais da língua Nambikwara/Wakalitesu, coletados e utilizados durante a Oficina de Estudos da Língua, realizada na Aldeia Três Jacu, envolvendo professores e demais pessoas da comunidade.

**Palavras-chave:** Língua Nambikwara / Wakalitesu, sociolinguística, levantamento lexical

## Predicados de postura posição na língua Dâw

Autores: Karolin Obert <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> USP - Universidade de São Paulo, <sup>2</sup> USP - Universidade de São Paulo

**Resumo:** Estudos sobre os povos da família linguística Nadahup (composta pelas línguas Dâw, Hup, Yuhup, Nadêb, da região do Alto e Medio Rio Negro, no estado do Amazonas), demonstram que estes constituem-se em povos da floresta, através de práticas socioculturais que ocorrem em uma profunda conexão com o espaço habitado da floresta amazônica. Segundo Ospina Bozzi (2013: 1), esse fato tem um impacto sobre as línguas que se manifesta em uma ênfase de expressões espaciais na língua. Podemos observar, assim, as noções de distância, perspectiva deíctica, visibilidade, direção, orientação, informação topográfica sobre o fundo, e informação sobre a postura e posição do corpo da figura localizada no espaço codificado em itens gramaticais e lexicais. Sendo assim, este trabalho pretende focar nos verbos locativos na língua Dâw, propondo uma análise semântica que diferencia verbos de postura e verbos de posição, baseado na tipologia de Newman (2002). Veremos como fatores, por exemplo a relação entre figura e fundo, ou seja, os eixos nas quais eles se relacionam um a outro, são critérios semânticos importantes para a seleção de um verbo de postura ou posição. Um outro critério de distinção é a forma da figura que constitui uma forte imagem na conceitualização humana sobre imagens espaciais. Além disso, veremos como estes verbos locativos podem se combinar em predicados complexos, dando informação muito detalhada sobre uma figura. Trata-se de um recurso muito recorrente na língua Dâw, que classificamos como uma construção serial verbal através de critérios semânticos e sintáticos que apresentaremos neste trabalho.

**Palavras-chave:** noções espaciais, Nadahup, predicados locativos, basic locative construction

## Uma análise do currículo indígena apinayé da Escola Estadual Tekator no estado do Tocantins na perspectiva da interculturalidade

Autores: Paulo Hernandes Gonçalves da Silva <sup>1,2</sup>, Francisco Edviges Albuquerque <sup>2</sup>

Instituição: <sup>1</sup> IFTO - Instituto Federal do Tocantins - Campus Colinas, <sup>2</sup> UFT - Universidade Federal do Tocantins

**Resumo:** O trabalho apresenta os aspectos de análise do currículo intercultural, com referência ao povo indígena Apinayé, uma vez que a educação, a cultura e a língua são responsáveis pela preservação de traços de identidade deste povo da região norte do estado do Tocantins. Objetivou-se esclarecer o currículo intercultural bilíngue na educação escolar indígena na aldeia Mariazinha na proposição da manutenção da identidade do povo Apinayé, localizado no município de Tocantinópolis/TO. O problema do estudo é o questionamento se o currículo existente na escola para o referido povo indígena é aplicado de forma a garantir a solidificação e permanência de valores culturais, e principalmente, de língua materna. Metodologicamente, foi adotada a revisão de literatura da legislação educacional indígena vigente, e de autores como Albuquerque (2013), Araújo (2015), Santos (2015) e Bortoni-Ricardo (2010), bem como a pesquisa documental referente aos projetos pedagógicos existente na Secretaria Estadual de Educação aplicados ao referido povo. Ainda como método relevante de pesquisa foram realizadas visitas de campo à Escola Estadual Tekator, localizada na aldeia, para a observação do processo educacional e dos costumes linguísticos e culturais. Dentre os resultados alcançados tem-se aqueles relacionados à discussão do currículo escolar indígena como forma de permanência da fala e da cultura Apinayé.

**Palavras-chave:** apinayé, currículo indígena, interculturalidade, Tocantins

## Venenos no Historia Naturalis Brasiliae: ontem e hoje

Autores: Aline da Cruz <sup>1</sup>, WALKIRIA Neiva Praca <sup>2</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UFG - Universidade Federal de Goiás, <sup>2</sup> UnB - Universidade de Brasília

**Resumo:** No livro Historia Naturalis Brasiliae (HNB), publicado originalmente em 1648 por Willem Piso e George Marcgraf, documenta-se informações acerca da flora e fauna do Brasil. Há também uma descrição detalhada de seus usos para as sociedades indígenas, bem como uma terminologia do Tupi antigo. Embora muito conhecido entre os pesquisadores, as comunidades indígenas contemporâneas não têm acesso a esse livro. Este trabalho tem por objetivo relatar os resultados de uma primeira experiência, na qual foi mostrada a ilustração de plantas venenosas, apresentada no livro, a dois grupos indígenas no Brasil: Baré, no Alto Rio Negro, Amazônia, Brasil e Apyãwa (Tapirapé), na bacia do Araguaia, Mato Grosso, Brasil. Os Baré são um grupo indígena que deixou de falar sua língua original Aruak. Atualmente, falam o Nheengatú, uma língua descendente do Tupinambá. Pretende-se também realizar uma nova experiência com os Tremembé de Almofala. Um grupo indígena do Ceará, que fala uma variedade do Português. Como resultado dessa primeira experiência, pudemos observar (a) os desafios apresentados pelos próprios desenhos; (b) os termos usados pela sociedade Apyãwa; (c) os termos usados pelos falantes do Nheengatu. Paralelamente à terminologia, essa experiência também foi capaz de obter informações sobre os usos das plantas e de animais pelas sociedades indígenas modernos. Com esse material, pretendemos organizar uma mini-Enciclopédia de "VENENOS" em Nheengatu, Apyãwa, Inglês e Português.

**Palavras-chave:** Historia Naturalis Brasiliae, nheengatu, apyawa, tremembe

## Vulgarização e desteminologização: estratégias linguísticas e discursivas na cobertura da epidemia de zika pela imprensa brasileira on-line

Autores: Mariana Giacomini Botta <sup>1</sup>

Instituição: <sup>1</sup> UNIRITTER - Centro Universitário Ritter dos Reis

**Resumo:** Propõe-se neste trabalho a realização de um estudo das estratégias linguísticas e discursivas usadas na vulgarização da terminologia da área da saúde no discurso jornalístico. Trabalha-se com textos da imprensa brasileira sobre a epidemia de zika e sua relação com vários casos de microcefalia em recém-nascidos. Compõe o corpus desta pesquisa conteúdo publicado em dois dos maiores portais de notícias brasileiros na internet, UOL e G1, entre novembro de 2015 e fevereiro de 2016. Os candidatos a termos presentes nos textos são identificados a partir da comparação com um corpus de artigos científicos da área da saúde, que abordam questões relacionadas à manifestação do vírus em seres humanos, publicados entre 2015 e 2016, e disponíveis no site Google Acadêmico. Uma possível relação entre a infecção causada



pelo vírus e a ocorrência de microcefalia em bebês foi observada em alguns estados do Brasil a partir do segundo semestre de 2015 e, desde então, o assunto tem causado grande mobilização de órgãos governamentais, de associações médicas e de institutos de pesquisa, resultando em ações fartamente noticiadas pela imprensa. As análises realizadas tratam especificamente do grau de especialização dos termos usados neste tipo de texto e das estratégias de vulgarização usadas pelos jornalistas para explicar, para um público não especializado, conceitos da área da saúde, como epidemia e microcefalia, por exemplo.

**Palavras-chave:** terminologia, vulgarização, desterminologização, imprensa

Caderno de resumos do X Congresso Internacional da ABRALIN – Pesquisa linguística e compromisso político. / Organizadores: Anabel Medeiros de Azerêdo; Beatriz dos Santos Feres; Patrícia Ferreira Neves Ribeiro; Roberta Viegas Noronha; Silmara Dela Silva. Niterói: UFF, 2017.  
Disponível em: <<http://abralin.org/congresso2017/programacao-1?prog=simposios>>.